

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA CASA CIVIL DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A FUNDAÇÃO BANCO DO  
BRASIL.**


Processo Nº 00020.001456/2021-91

Acordo de Cooperação Técnica Nº 02/2021

A **UNIÃO**, pela **CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (CASA CIVIL)**, órgão da administração federal direta, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.411/0001-09, com sede à Praça dos Três Poderes 4º Andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF - CEP 70150-904, neste ato representada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil **CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO**, inscrito no CPF sob o nº 341.903.923-91, e a **FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FUNDAÇÃO)**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, instituída e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A., com sede no SCES, Trecho 02, lote 22, CEP: 70200-002 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.641.000/0001-33, neste ato representada por sua Presidente, **EVELINE FRANCO VELOSO SUSIN**, inscrita no CPF sob o nº 570.528.246-04, doravante denominadas **PARTÍCIDES**, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACORDO)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem como objeto a conjugação de esforços entre as **PARTÍCIDES**, de acordo com suas próprias diretrizes e estratégias, para viabilizar cooperação técnica que promova ações emergenciais e projetos voltados ao atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. As ações deverão ser alinhadas às estratégias da Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, conforme parâmetros definidos pelo Conselho de Solidariedade, na forma do **DECRETO Nº 10.722, DE 15 DE JUNHO DE 2021**, bem como ao Estatuto, Regimento Interno e demais normativos e documentos de Governança da **FUNDAÇÃO**, disponíveis em [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br) e que, independente de transcrição, são parte integrante deste **ACORDO**.



1

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

O presente **ACORDO** tem por objetivo a integração de ações entre os **PARTÍCIPIES** vinculadas à assistência emergencial e ao desenvolvimento de projetos voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente **ACORDO** não implica compromissos financeiros ou transferências de recursos entre as **PARTÍCIPIES**.

Subcláusula Primeira - Os recursos financeiros investidos no âmbito deste **ACORDO** serão oriundos de doações a serem efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas e destinadas, exclusivamente, à execução do objeto deste **ACORDO**.

Subcláusula Segunda - A doação de recursos será recebida em conta (s) corrente (s) específica(s), mantida(s) no Banco do Brasil S/A, sob gestão da **FUNDAÇÃO**.

Subcláusula Terceira – Os recursos financeiros recebidos por meio de doação, para cumprimento do objeto deste **ACORDO**, corresponderão ao montante doado, descontadas despesas e tarifas cobradas por instituições financeiras ou não financeiras por decorrência do depósito, manutenção em conta de depósito, transferência ou movimentação de tais recursos. Também serão descontadas despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem do corpo técnico da **FUNDAÇÃO** e da **SECRETARIA-EXECUTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO AO VOLUNTARIADO** em missões relacionadas ao assessoramento e ao monitoramento das ações sociais desenvolvidas, limitadas a 1% do valor total arrecadado ou R\$ 50.000,00, o que for maior.

Subcláusula Quarta - Os recursos humanos de cada uma das **PARTÍCIPIES** que estiverem envolvidos nas ações decorrentes deste **ACORDO** permanecerão com seus vínculos empregatícios inalterados.



Subcláusula Quinta – Na hipótese dos recursos financeiros recebidos por meio das doações superarem o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), as condições deste **ACORDO** deverão ser renegociadas entre as PARTÍCIPIES.

Subcláusula Sexta - Os recursos oriundos do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2020 poderão ser empregados nos projetos e ações vinculados a este Acordo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

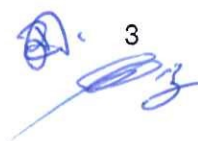
Os valores recebidos em doação e disponíveis para execução deste **ACORDO** serão alocados em atividades pertinentes ao objeto e aos objetivos deste **ACORDO**, denominadas **Ações Sociais**.

Subcláusula Primeira – Entende-se por **Ação Social** iniciativa estruturada desenvolvida para cumprimento do objeto deste **ACORDO**.

Subcláusula Segunda – As **Ações Sociais** serão estruturadas pelas PARTÍCIPIES, alinhadas às prioridades de ações de assistência emergencial e de desenvolvimento de projetos emanadas pela Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, da Casa Civil, da Presidência da República, e deverão apresentar, minimamente, descritivo da ação, valor envolvido, prazo de execução e resultados a serem alcançados.

Subcláusula Terceira – As Ações Sociais serão desenvolvidas e implementadas mediante a formalização de instrumento específico entre a FUNDAÇÃO e uma entidade social (pessoa jurídica sem fins lucrativos) a ser selecionada por meio de processos seletivos acordados entre as PARTÍCIPIES ou por prospecção direta desde que devidamente motivadas e justificas e após aprovação do Conselho de Solidariedade;

Subcláusula Quarta - A **FUNDAÇÃO** é responsável apenas e exclusivamente pela coordenação, estruturação, fiscalização e formalização das **Ações Sociais**, conforme atividades descritas, recursos financeiros e prazos ali estipulados, não cabendo nenhuma responsabilidade adicional para além de tais limites de prazo e de recursos financeiros.

  
3

## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTÍCIPE

Com intuito de alcançar o objetivo aqui estabelecido, cada **PARTÍCIPE** se compromete, dentro de sua esfera de atuação, a prover os recursos não financeiros necessários à implementação deste **ACORDO**, observado o disposto na Cláusula Terceira.

Subcláusula Primeira – Caberá às **PARTÍCIPE**s no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Mobilizar pessoas físicas e jurídicas a efetuarem doações de recursos;
- b) Designar representante(s) para deliberar sobre as questões referentes ao **ACORDO**;
- c) Estabelecer diretrizes e priorização para a utilização dos recursos disponíveis;
- d) Dar publicidade à sociedade das **Ações Sociais** desenvolvidas;
- e) Avaliar propostas para execução de **Ações Sociais**;
- f) Acompanhar a execução das **Ações Sociais**.

Subcláusula Segunda - Caberá à **FUNDAÇÃO** no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Estruturar e disponibilizar instrumentos e procedimentos para recebimento de doações por meio de canais específicos;
- b) Gerir os recursos recebidos;
- c) Articular **Ações Sociais** voltadas para o cumprimento do objeto;
- d) Formalizar instrumentos específicos com entidades sociais para implementação das **Ações Sociais**;
- e) Encaminhar à **CASA CIVIL**, quinzenalmente ou quando solicitada, Prestação de Contas que possibilite dar conhecimento da situação das **Ações Sociais** desenvolvidas e em desenvolvimento aos doadores e à sociedade;
- f) Prover à **CASA CIVIL** meios para acompanhamento financeiro mensal da gestão e utilização dos recursos recebidos por meio de doações.

Subcláusula Terceira - Caberá à **CASA CIVIL**, por intermédio da **Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado**, no âmbito deste **ACORDO**:

- a) Informar à **FUNDAÇÃO** prioridades de ações de assistência emergencial e de projetos definidas pelo Conselho de Solidariedade para a execução deste **ACORDO**;
- b) Comunicar ao Conselho de Solidariedade as **Ações Sociais** estruturadas e em andamento;



- c) Realizar a interlocução e articulação com outros entes públicos e privados que participem da assistência emergencial e/ou projetos objetos deste Instrumento e/ou possam vir a colaborar com o objeto deste **ACORDO**;
- d) Estruturar e disponibilizar canais para recebimento de doações;
- e) Realizar chamamento público de Organizações da Sociedade Civil para a execução de Projetos Estruturantes, respeitando as diretrizes do Conselho de Solidariedade; e
- f) Realizar chamamento público para credenciamento de Organizações da Sociedade Civil para atuar em casos de situação de emergência e/ou calamidade.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS RESULTADOS

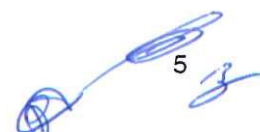
Os resultados de trabalhos, conhecimentos técnicos, inovações tecnológicas e tecnologias sociais desenvolvidos no escopo deste **ACORDO** serão compartilhados entre as **PARTÍCIPIES**, preservando-se eventuais direitos de propriedade intelectual e de patentes de terceiros.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO SIGILO E DA TRANSPARÊNCIA

As **PARTÍCIPIES** obrigam-se, em qualquer hipótese, a seguir a Lei Geral de Proteção de Dados, a resguardar a segurança e o sigilo das informações de caráter confidencial a que tenham mútuo acesso por força deste **ACORDO**.

Subcláusula Primeira - As **PARTÍCIPIES** se comprometem a tratar os dados pessoais de terceiros, aos quais eventualmente tenham acesso em decorrência da execução do objeto do presente instrumento, em conformidade com o quanto disposto nas legislações aplicáveis ao processamento desses dados, em especial aos ditames da Lei nº 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), adotando as melhores posturas e práticas com o intuito de preservar o direito à privacidade daqueles cujos dados foram coletados.

Subcláusula Segunda - As informações geradas no âmbito deste **ACORDO** e da execução das **Ações Sociais** não classificadas como sigilosas por lei ou por ato de autoridade administrativa, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), poderão ser publicadas nos sítios digitais das **PARTÍCIPIES**, para consulta



5

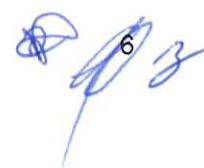
pública, conforme o princípio da transparência ativa e a iniciativa mundial de “dados abertos”, da qual o Brasil é signatário.

Subcláusula Terceira - Deverá ser considerada como informação confidencial toda e qualquer informação revelada a uma das Partes, contendo ela ou não a expressão “CONFIDENCIAL”. O termo informação corresponderá a toda informação eletrônica, escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, podendo incluir, mas não se limitando a: segredos industriais, know-how, informações de caráter técnico, financeiro e/ou comercial, programas de computador, códigos fonte e objeto, expressões, ideias, material publicitário, fórmulas, segredos de negócio, produtos, projetos, plantas, esquemas, conceitos, lista de clientes ou fornecedores, pesquisas científicas e/ou tecnológicas, patenteados ou não, registrados ou não, registráveis ou não, expressamente identificadas como confidenciais ou não, que tenham sido revelados por uma das **PARTÍCIPIES** (“Parte Reveladora”) à outra **PARTÍCIPE** (“Parte Receptora”) por qualquer meio físico ou digital, ou que venham ao conhecimento da Parte Receptora

Subcláusula Quarta - Fica terminantemente proibida, no todo ou em parte, a divulgação, utilização ou pulverização de informação, utilização ou fornecimento de conhecimentos por qualquer meio, forma de reprodução e/ou utilização das Informações Confidenciais para fins diversos daqueles objeto do presente instrumento, sem o prévio e expreso consentimento de todas as **PARTÍCIPIES**.

Subcláusula Quinta - As **PARTÍCIPIES** obrigam-se, por si, seus funcionários, empregados, prepostos, contratados, subcontratados, pessoas ligadas ou coligadas, representantes, mandatários, sucessores a qualquer título, e cedentes ou cessionários a:

- a) Manter o mais completo zelo e sigilo sobre as Informações Confidenciais, bem como não revelar nem divulgar a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, e nem tampouco utilizar, direta ou indiretamente, em proveito próprio ou de outrem, todas e quaisquer Informações Confidenciais que tenham recebido ou venham a receber ou tenham tomado conhecimento em razão da execução do presente Acordo;
- b) Não utilizar as Informações Confidenciais para propósitos diversos da execução do presente Acordo; e



6



- c) Prevenir e obstaculizar a divulgação de Informações Confidenciais que venha a obter por conta da execução do presente Acordo.

Subcláusula Sexta - Não obstante, não se incluem nas Informações Confidenciais as informações que devem ser divulgadas por força de lei ou decisão ou ordem de autoridade competente, ou aquelas necessárias à defesa dos direitos da Partícipe divulgadora.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

As dúvidas ou eventuais casos omissos que possam surgir na execução deste **ACORDO** serão solucionados por consenso mútuo, mediante formalização de correspondência eletrônica ou ata de reunião realizada, que serão parte integrante deste **ACORDO** independente de transcrição.

## CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

Os nomes e logomarcas das **PARTÍCIPIES** deverão figurar em conjunto com igual destaque no material de divulgação e placas alusivos às **ações sociais** apoiadas no âmbito deste **ACORDO**, os quais seguirão os padrões definidos por seus respectivos departamentos de divulgação.

Subcláusula Primeira - Compreendem os materiais de divulgação referidos na alínea anterior, dentre outros, os formulários, cartazes, folhetos, anúncios, matérias na mídia, livros, relatórios, vídeos, Internet, placas e meios de comunicação visual indicativos do apoio das **PARTÍCIPIES**.

Subcláusula Segunda - As iniciativas de publicidade institucional das **PARTÍCIPIES**, decorrentes da execução deste **ACORDO**, terão caráter apenas educativo, informativo ou de orientação ao cidadão. Nessas iniciativas não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de ideologias ou partidos políticos, ou promoção pessoal de autoridade política ou servidor público.

Subcláusula Terceira - Os nomes e logomarcas das **PARTÍCIPIES** são marcas registradas e não podem ser utilizados em quaisquer materiais ou meios de divulgação sem a prévia e

W

7 3

expressa autorização escrita de seus proprietários, mediante formalização de correspondência eletrônica.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES E ADITAMENTOS

O presente **ACORDO** poderá ser alterado e suas cláusulas acrescidas, suprimidas ou modificadas, com exceção da Cláusula Primeira (Do Objeto), mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as **PARTÍCIPIES**, desde que tal interesse seja manifestado previamente e por escrito pela **CASA CIVIL** ou pela **FUNDAÇÃO**.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Este **ACORDO** passa a ter vigência a partir da sua assinatura, e vigorará por 15 (quinze) meses, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo, caso não haja nenhuma manifestação contrária das **PARTÍCIPIES**.

Subcláusula Única - O término da vigência do presente **ACORDO** não desobriga as **PARTÍCIPIES** do cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste **ACORDO**, até que lhe seja dada a quitação específica das obrigações vinculadas às **ações sociais** formalizadas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Este **ACORDO** poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por qualquer das **PARTÍCIPIES**, devendo a parte interessada encaminhar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, comunicação eletrônica de sua intenção à outra parte, sem prejuízo da conclusão das atividades em curso, não cabendo reclamação, indenização ou compensação.

Subcláusula Primeiro - Este **ACORDO** poderá ser rescindido de pleno direito a qualquer tempo, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficando as **PARTÍCIPIES** responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas, nas seguintes situações:

- a) Desvio de finalidade;



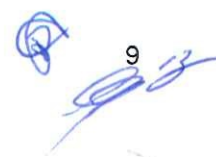
- b) Descumprimento de qualquer das condições estipuladas em suas cláusulas;
- c) Paralisação do objeto pactuado;
- d) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável; e
- e) Demais hipóteses previstas em Lei, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado.

Subcláusula Segunda – Eventuais sobras de recursos financeiros recebidos serão doadas a pessoa jurídica sem fins lucrativos com finalidade semelhante ao objeto deste **ACORDO** após anuência das **PARTÍCIPIES**, ressalvados os recursos já comprometidos nas **Ações Sociais**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

As **PARTÍCIPIES**, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este **ACORDO** cumprirão integralmente o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013), bem como com todas as outras leis antissuborno, leis anticorrupção, leis sobre conflitos de interesses ou outras leis, normas ou regulamentos com finalidade e efeito semelhantes, aplicáveis à **FUNDAÇÃO** ou à **CASA CIVIL**.

Subcláusula Primeira - As **PARTÍCIPIES** declaram, na data de assinatura deste **ACORDO**, que cumprem as leis nacionais e internacionais às quais estão submetidos, bem como as leis nacionais e internacionais que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública); nº 9.613, de 3 de março de 1998; nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, as quais deverão ser respeitadas pelas **PARTÍCIPIES** durante toda a vigência deste **ACORDO**.



9

Subcláusula Segunda - A **FUNDAÇÃO**, neste ato, declara que em todas as suas atividades relacionadas a este **ACORDO**, seus respectivos diretores, conselheiros, empregados ou beneficiários, consultores, representantes, agentes, corretores ou outros intermediários, não tomaram nem tomarão qualquer medida que viole as Leis Anticorrupção e não pagaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram nem pagarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão o pagamento de dinheiro ou qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer:

- a) funcionário, diretor ou representante de, ou pessoa que de outra forma atue oficialmente para, ou em nome de:
  - i. governo nacional, subdivisão política ou jurisdição local do mesmo;
  - ii. departamento, conselho, comissão, tribunal ou agência, quer seja civil ou militar, de qualquer um dos supramencionados, como quer que seja constituído;
  - iii. associação, organização, empresa ou empreendimento de propriedade do governo ou controlado pelo governo; ou
  - iv. um partido político.
- b) funcionário legislativo, executivo ou judiciário, independentemente de ser eleito ou nomeado;
- c) diretor de ou pessoa que ocupe um cargo em um partido político;
- d) candidato a um cargo político;
- e) pessoa que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou outro cargo nomeado ou herdado junto a uma Autoridade Governamental; ou
- f) diretor ou funcionário de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com a finalidade de:
  - i. influenciar qualquer ato ou decisão de tal pessoa em sua capacidade oficial;
  - ii. induzir tal pessoa a agir (seja por ação ou omissão) em violação de seu dever legal;
  - iii. obter qualquer vantagem indevida; ou
  - iv. induzir tal pessoa a usar sua influência para influenciar ou afetar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental, a fim de auxiliar as



**PARTÍCIPIES** a obterem, reterem ou canalizarem negócios para qualquer pessoa, sob pena da **CASA CIVIL** e da **FUNDAÇÃO** rescindirem de imediato o presente **ACORDO** tão logo tenha elementos que comprovem a atitude temerária do agente representante do respectivo **PARTÍCIPE**.

Subcláusula Terceira - Nenhuma das **PARTÍCIPIES** poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, fazer qualquer oferta, pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer dar, ou autorizar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligadas direta ou indiretamente com a finalidade de obter uma vantagem indevida.

Subcláusula Quarta - As **PARTÍCIPIES** declaram adotar programas de integridade estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos de suas atividades, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, visando garantir o fiel cumprimento da legislação indicada acima.

Subcláusula Quinta - A **CASA CIVIL** e a **FUNDAÇÃO** deverão informar imediatamente ao respectivo **PARTÍCIPE**, caso esteja ou venha a ser envolvido, direta ou indiretamente, em inquéritos ou processos administrativos ou judiciais pela prática de atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, sem prejuízo da possibilidade de rescisão imediata deste **ACORDO**, independentemente de notificação prévia, a critério do **PARTÍCIPE** inocente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá à **CASA CIVIL** providenciar a publicação do presente **ACORDO** em extrato no Diário Oficial da União, bem como a publicação de extrato do Termo Aditivo ao **ACORDO**, na hipótese de alteração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Nos casos em que não for possível solução administrativa pelas **PARTÍCIPIES**, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA** - As **PARTÍCIPIES** expressamente declaram anuir, autorizar e reconhecer que o presente Instrumento será assinado eletronicamente por seus representantes legais, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as **PARTÍCIPIES** reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, o qual servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação aplicável, para todos os efeitos legais.

E, assim, por estarem justos e acordados, as **PARTÍCIPIES** firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2021.




**CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO**  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

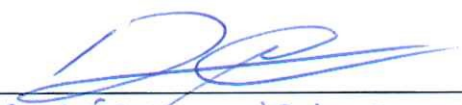


**EVELINE FRANCO VELOSO SUSIN**  
Presidente da Fundação Banco do Brasil

**Testemunhas:**



Nome: Allysona de Freitas Andrade Miguel  
CPF: 992.659.553-53



Nome: 12055210 uizinas  
CPF: 379.760.361-49